



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

AVISO

Encerramento administrativo e imediato, com carácter de urgência, do estabelecimento de apoio social não licenciado, denominado Ondas d`afecto - Serviços de Geriatria Unipessoal Lda, propriedade de José Nuno Ferreira de Magalhães, nascido a 1987/04/30, portador do BI nº 13283900, e detentor do NISS 12021535810 e do NIF 232352542, sito em Rua Coronel Almeida Valente n.º 434 - 4200-031 Porto

Em conformidade com o estipulado nos art.º 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março e dando cumprimento ao disposto na alínea b), do n.º 1 e n.º 3 do art.º 40.º do citado diploma legal, torna-se público que, por despacho de 28-06-2013, do Diretora da Unidade de Fiscalização do Norte, ratificado pela Deliberação n.º 133/13, de 23 de julho de 2013, do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., foi determinado o encerramento administrativo imediato, com carácter de urgência, do estabelecimento de apoio social não licenciado, com fins lucrativos, que exercia atividade do âmbito da Segurança Social, mediante o desenvolvimento da resposta social de Estrutura Residencial para pessoas com deficiência, denominado Ondas d`afecto - Serviços de Geriatria Unipessoal Lda, propriedade de José Nuno Ferreira de Magalhães, sito em Rua Coronel Almeida Valente n.º 434 - 4200-031 Porto, por se ter verificado que este se encontrava a funcionar com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando perigo atual e iminente para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

A reabertura do estabelecimento, contrariando essa deliberação, ou a prossecução da atividade de apoio social de forma ilegal, faz incorrer o proprietário em crime de desobediência previsto e punido, nos termos da na alínea b) do artigo 348.º do Código Penal.

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, o presente aviso deve permanecer afixado pelo prazo de 30 dias, advertindo-se que quem, deliberadamente, através da sua ação, impedir a afixação ou a permanência do presente aviso pelo período indicado, é passível de incorrer em procedimento criminal, nos termos do disposto nos artigos 347.º e 357.º do Código Penal, respetivamente.

Lisboa, 23 de julho de 2013

P'º Conselho Diretivo

Mariana Ribeiro Ferreira
President